

REI LEAR E A INDIVIDUAÇÃO RENASCENTISTA

Danilo Amorim*

Introdução:

O objetivo deste estudo é identificar os principais elementos do drama de Shakespeare *Rei Lear* – escrito entre 1605 e 1606 – que expressam as alterações substanciais ocorridas à época do Renascimento. Parte-se, assim, da compreensão de que este é um momento-chave na reconfiguração das duas relações básicas que constituem o fundamento de qualquer sociedade humana, isto é, aquelas relações ligadas ao modo como se efetua o trabalho, ato fundante da mundaneidade humana – a relação com os meios de trabalho (fundamentalmente a terra, “laboratório natural” da humanidade) e as relações com os outros homens.

Marx apresenta, logo no início da obra *Formações econômicas pré-capitalistas*, o quadro geral em que desemboca o processo iniciado no Renascimento, como pressuposto para a existência do capital: “o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valorizá-lo” e “a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material do trabalho” (Marx, 1991, p. 65). Tratamos, no entanto, apenas do estágio inicial desse processo: “O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séqüitos feudais” (Marx, 1984, p. 264), resultado da intensificação das relações mercantis, que, por sua vez, impulsiona a produção manufatureira. Lembrando ainda, novamente nas palavras de Marx, que “O revolucionamento do

modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho” (1984, p. 7).

Buscamos esclarecer rapidamente que o Renascimento não pode ser entendido como somente um fenômeno cultural, muito menos um período de transformações estritamente artísticas ou científicas. Enfim, com Agnes Heller e José Chasin, entendemos o Renascimento como “um processo social total, estendendo-se da esfera social e econômica onde a estrutura básica da sociedade foi afetada até ao domínio da cultura, envolvendo a vida de todos os dias e as maneiras de pensar, as práticas morais e os ideais éticos quotidianos, as formas de consciência religiosa, a arte e a ciência” (Heller, 1982, p. 9). Alteração estrutural básica que envolve justamente a emergência de um novo modo de produção, de novas relações sociais, específicas da vida burguesa.

A importância dessas transformações no arcabouço societário revela-se na medida em que avaliamos os traços centrais da situação anterior – a manutenção da comunidade humana tal qual legada da condição natural do ser humano, ou melhor, da “evolução espontânea” em hordas ou tribos.

Em uma palavra, nas equações societárias de tipo comunal, a existência objetiva do indivíduo como proprietário das condições materiais de trabalho é um *pressuposto real*, antecede e não deriva do trabalho, do mesmo modo que ele é *proprietário* sob condições que o vinculam ao agregado social, que fazem dele um elo da cadeia comunitária, sendo que esta mesma, por sua vez, aparece igualmente como *pressuposto efetivo*, como condição da produção de cada um dos indivíduos que existem sob forma subjetiva determinada. /.../ indivíduo e gênero são imediata e transparentemente inseparáveis (Chasin, 2000, p. 167).

Tipos de formações sociais que se conformam, enfim, a partir de limitada capacidade produtiva da própria humanidade, isto é, a existência humana ainda está tão ligada à natureza, dependente desta, “em unidade objetiva com as condições da atividade produtiva”, que a comunidade natural é efetivamente condição de produção – único meio através do qual o homem tem acesso à terra – e impõe limites ao desenvolvimento produtivo, na medida em que busca

unicamente a produção de *valores de uso*, para reprodução das relações comunitárias e de indivíduos dados.

A organização social – de tipo comunal – não é resultado da própria atividade social, ao contrário, é modo de ser determinado naturalmente, de modo que

em todas as suas modalidades, o fundamento do evoluir é a reprodução inalterada das relações entre o indivíduo e gênero, compreendidas e aceitas como dadas e fixas na tradição, o que perfaz os contornos de uma existência objetiva que é definitiva e predeterminada, tanto no relacionamento com as condições de trabalho quanto no relacionamento do homem com seus parceiros de atividade em todas as formas da práxis social (Chasin, 2000, pp. 167-8).

Vale ressaltar, pelo nosso intento, o objetivo intrinsecamente limitado dessas formas sociais, que, como não poderia deixar de ser, fazem-se limitantes; ao tratar das individualidades produzidas nessa situação – sua “satisfação limitada” –, diz Chasin que ela se reproduz

reiterando e multiplicando fronteiras. Donde provém a decisiva inclinação grega pela *medida*, ou mais precisamente pela idealizada *justa medida*. Marca da sabedoria helênica, a idéia de medida traduz antes de tudo a presença e a consideração permanente dos limites – da comunidade e dos indivíduos. /.../ a civilização helênica é o justo império racional dos limites e das limitações (Chasin, 2000, pp. 168-9).

Retomando as primeiras citações de Marx, podemos considerar a complexidade das transformações históricas que envolvem justamente o abalo dessas relações básicas, na medida em que o principal pressuposto do capital é a “liberdade” do trabalhador, isto é, a separação deste das condições de seu trabalho. Apenas para demarcar mais firmemente:

As maneiras de viver dos homens do Renascimento /.../ tinham suas raízes no processo através do qual os primórdios do capitalismo destruíram a relação *natural* entre o indivíduo e a comunidade, dissolveram os elos *naturais* que ligavam o homem à sua família, à sua situação social e ao seu lugar previamente definido na

sociedade, e abalaram toda a hierarquia e estabilidade, tornando as relações sociais fluidas tanto no que se refere ao arranjo das classes e dos estratos sociais como ao lugar dos indivíduos neles (Heller, 1982, p. 11).

A ruptura com uma condição estática e limitante converte-se necessariamente em fonte de dinamismo, em impulsionadora de transformações as mais profundas. Basta considerar o fato de que, “na primeira fase [da modernidade], do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente, mas em estado de semicegueira, no encaicho de um vocabulário adequado” (Berman, 1989, p. 16); ou: “com o desenvolvimento do capitalismo, à medida que a produção de riqueza se transforma na meta a atingir, todas as características sociais previamente existentes podem tornar-se e tornam-se restritivas, e o homem ‘não deseja continuar a ser aquilo em que se transformou, antes vivendo num processo de constante devir’” (Heller, 1982, pp. 11-2).

Torna-se necessário aqui, para evitar desentendimentos ou incompreensões sobre o que pretendemos afirmar, a transcrição de uma passagem da *Formen*, que esclarece, por si, o caráter positivo do processo que vimos descrevendo:

Na verdade, entretanto, quando despida de sua estreita forma burguesa, o que é a riqueza, senão a totalidade das necessidades, capacidades, prazeres, potencialidades produtoras, etc., dos indivíduos, adquirida no intercâmbio universal? O que é, senão o pleno desenvolvimento do controle humano sobre as forças naturais – tanto as suas próprias quanto as da chamada “natureza”? O que é senão a plena elaboração de suas faculdades criadoras, sem outros pressupostos salvo a evolução histórica precedente que faz da totalidade desta evolução – i. é, a evolução de todos os poderes humanos em si, não medidos por qualquer padrão *previamente estabelecido* – um fim em si mesmo? O que é a riqueza, senão uma situação em que o homem não se reproduz a si mesmo numa forma determinada, limitada, mas sim em sua totalidade, se desvencilhando do passado e se integrando no movimento absoluto do tornar-se? /.../. Os antigos proporcionavam

satisfação limitada, enquanto o mundo moderno deixa-nos insatisfeitos ou, quando parece satisfeito consigo mesmo, é *vulgar e mesquinho*. (Marx, 1991, p. 80)

É a partir desse contexto que Agnes Heller identifica o *conceito renascentista de homem dinâmico*; na medida em que nosso trabalho, no fundo, constitui uma tentativa de apreender, através de uma autêntica obra de arte, como esse homem dinâmico se põe concretamente, são válidos aqui apenas alguns apontamentos acerca propriamente do *conceito de homem dinâmico*.

Iniciemos pela constatação de que, além de superação dos limites anteriormente sustentados, a dissolução da forma comunitária também implica o desaparecimento dos parâmetros representados pela tradição, pelos costumes. Acentua-se, portanto, o papel da autonomia moral e do caráter pessoal no rumo dos eventos, individuais ou genéricos. É justamente nesse período que se nota o surgimento da noção de história individual, pois os homens, *forçados a atuar*, percebem que são o resultado de suas escolhas; o destino se individualiza. Referimo-nos, portanto, à

questão de apreender corretamente o dinamismo da sociedade /.../; as convenções não podiam servir de base para intuir a tendência do movimento social, dado que esta intuição era em si própria oposta à convenção e, por outro lado, a rotina burguesa também ainda não se tinha desenvolvido. /.../ o aspecto essencial consistia em *avaliar até que ponto deixara sua marca no mundo /.../*. Assim, o indivíduo começou a modelar o seu próprio destino, e não apenas num sentido ético; a dialética do homem e do destino transformou-se na categoria central de um conceito dinâmico de homem (Heller, 1982, p. 15).

O dinamismo implica escolha individual – que, por sua vez, apresenta a necessidade do conhecimento *imane*nte tanto da sociedade quanto da natureza. Ou seja, torna-se preciso conhecer as leis objetivas e tendências que permitam um maior êxito em sua ação. Enfim, para não adiantar outros elementos de nossa análise, e mediando para o próximo passo, é válido reafirmar, com mais propriedade, que

o *dinamismo* que tipifica o Renascimento significa um movimento de *individuação*; ou ainda, a *individuação* é a contrapartida humana mais imediata e fundamental engendrada pelos ventos *dinamizadores* da Renascença. Ventos que ao *individuarem*, portanto, vale apor esta equação inversa, fazem do homem *ser dinâmico*. E se assim o é – se o homem passa a *se ser* e *se pôr* a partir da *atividade auto-regida*, que necessariamente *individua* –, neste processo faz-se consciente de seu papel determinante na construção da história (Chasin, 2003, p. 342).

***Rei Lear* e a *individuação* renascentista**

Para além de uma resenha ou um resumo crítico mais ou menos elaborado, pretendemos, como já afirmamos, elencar alguns aspectos do drama shakesperiano que nos permitem perceber concretamente as transformações das relações sociais em curso – “o *alvorecer do alvorecer* da vida burguesa” (Chasin, 2003, p. 343). Por tudo que dissemos na “Introdução”, é patente a importância que o *dinamismo* adquire na lógica das novas relações, além, é claro, das respostas humanas a esse dinamismo – ou seja, a *individuação*. A seguinte citação é esclarecedora para indicar as exigências desse novo tempo, nas palavras da autora que fornece os principais fundamentos desta parte do texto: “manter-se atento às situações novas, em mutação constante, apreender o ‘tempo’, procurar e encontrar oportunidades para a ação individual no evoluir da realidade, sobressair na crista da onda – e não apenas seguir o movimento dos acontecimentos, mas também fazê-los mover – evoluir à velocidade do tempo ou até antecipar-se a ele” (Heller, 1982, p. 164). Tais exigências, também como ressaltamos na “Introdução”, forjam um *tipo especial* de individualidade. Em linhas gerais, é dessa individualidade que pretendemos poder esboçar alguns lineamentos através da análise da peça *Rei Lear*.

Já na temática da obra percebem-se algumas diferenças fundamentais em relação às tragédias da Antigüidade – aliás, perceptíveis em todos os dramas de Shakespeare. Em poucas palavras, embora se trate do destino de um reino, mal

se percebe que ali se decide algo que diga respeito ao bem público. Lear divide o reino da Bretanha para livrar-se das suas responsabilidades na velhice; o eixo da trama não gira, para tomar um exemplo que também se refere ao destino de um “reino”, como em *Édipo Rei*, em torno da busca de solução para o malefício por que passa toda a população de Tebas. Aliás, quando se menciona a população, é nos seguintes termos, na fala de Oswald, criado de Goneril:

Foi ignorância, com Gloucester cegado, Deixá-lo vivo; onde aparece incita. Os corações contra nós. E só. (Shakespeare, 1998, p. 143)^[1]

A mesma linha de reflexão – o eixo temático –, por outro lado, fornece pistas substanciais sobre as transformações que pretendemos apreender. Com efeito, “o que Shakespeare faz, em seus cinco atos, é contar a terrível história de um rei de 80 anos que tem de aprender a ser um homem, na dimensão na qual o poeta o concebe” (Heliodora, 1998, p. 7). A personalidade de Lear, aliás, é um tema central de nossa reflexão, que mais adiante retomaremos. Por enquanto, é válido perceber a diferença que ressaltamos, isto é, trata-se de um tema profundamente individual, ou melhor, de como as singularidades respondem às exigências de seu tempo.

Tempo, como vimos grifando, profundamente *dinâmico*, propulsor de individuação, que é percebido pelas individualidades das mais variadas formas, inclusive pelo âmbito negativo – pela perda do apoio que era representado pela comunidade:

GLOUCESTER

Kent banido? E França partido em cólera? O Rei vai hoje? E deixa o seu poder? Fica só com a aparência? *E tudo isso. Num só momento?* Edmundo, quais as novas? (p. 29, grifos nossos)

O mesmo Gloucester, de forma ainda mais dramática, após tomar conhecimento da suposta trama de seu filho legítimo contra si, assevera:

Esses recentes eclipses do Sol e da Lua não nos prenunciam nada de bom. Embora conhecimento da natureza possa dar estas ou aquelas causas racionais, mesmo assim a natureza se vê açoitada pelas conseqüências: o amo esfria, os amigos brigam, os irmãos se separam. Nas cidades, motins; nos países, discórdias; nos palácios, traições; e quebradas as ligações entre o filho e o pai. Esse meu vilão se enquadra nessas previsões: é um filho contra o pai; o Rei se afasta do caminho da natureza: é um pai contra a filha. Já vivemos o melhor de nosso tempo. Maquinações, fraqueza interior, traição, toda espécie de desordens nos levam inquietos para a cova. Descubra esse vilão, Edmund; não perderá nada com isso; procure com cuidado... e o nobre e leal Kent banido! Sua ofensa, a honestidade. É estranho. (pp. 33-4)

A autêntica manifestação de desespero de Gloucester nos permite, por outro lado, abordar um outro aspecto próprio do Renascimento, qual seja, a instituição de um *sistema pluralista de valores*, na medida em que a comunidade não é mais capaz de fornecer os parâmetros éticos e a ação é absolutamente dependente da moralidade. Voltemos um pouco a Agnes Heller para concretizar melhor esta questão. Após expor as categorias centrais do conceito dinâmico de homem, a autora remete-se à questão acerca de um “ideal” de homem no Renascimento, indicando que a própria noção de homem dinâmico impede a concepção de um ideal unitário – ao inverso, “revela-se-nos uma *invulgar riqueza de ideais humanos concretos*. E o ideal humano concreto constitui apenas uma imagem idealizada dos homens *concretos*” (Heller, 1982, p. 22). Mais do que todas as mudanças ressaltadas por Gloucester, referimo-nos à alusão a Kent, pois “a maneira como os ideais se tornaram pluralistas revela-se mais claramente no aparecimento de um *sistema pluralista de valores morais*” (Heller, 1982, p. 22), no fundo, um questionamento a todos os valores vigentes – como a honestidade de Kent, que é a fonte de seu banimento –, com a dissolução do sistema unitário legado do feudalismo, outra faceta do dinamismo em análise.

Manifestações de surpresa e despreparo quanto ao novo mundo são patentes também em diversas passagens do próprio Lear. Tal coincidência, no entanto, pouco se deve ao acaso. Com efeito, são efetivamente as personagens que demonstram mais inapetência à adaptação. São as personagens que, traídas

pelos seus filhos desonestos e interesseiros, recusam os filhos honestos, e pagam caro por seu erro – um com seus olhos, e o outro, num doloroso processo de aprendizado e crítica à sua própria individualidade.

O dinamismo que retratamos (pelo desespero das individualidades honradas de um tempo anterior e no abalo dos valores éticos) mostra-se também como individuação, como humanização. Não importa aqui que o exemplo abaixo represente logo um desvirtuamento da autonomia moral – o importante é que ela é reconhecida:

EDMUND

Essa é a grande tolice do mundo, a de que quando vai mal nossa fortuna – muitas vezes como resultado de nosso próprio comportamento –, culpamos pelos nossos desastres o Sol, a Lua e as estrelas, como se fôssemos vilões por necessidade, tolos por compulsão celeste, safados, ladrões e traidores por predominância das esferas, bêbados, mentirosos e adúlteros por obediência forçada a influências planetárias; e tudo aquilo em que somos maus, por impacto divino. Defesa admirável do homem cafetão, a de atribuir às estrelas sua vocação de bode. Meu pai se acasalou com minha mãe sob o rabo do Dragão, e meu nascimento deu-se sob a Ursa Maior, donde se segue que eu seja grosseiro e libidinoso. Bah! Eu seria o que sou se a mais casta estrela do firmamento brilhasse no meu bastardamento.
(p. 34)

Edmund, com efeito, faz parte da galeria de vilões conscientes das principais obras de Shakespeare – junto de Ricardo III e Iago – e expressa em si as contradições do novo tempo. Seja porque, tal como Ricardo, “viola todas as antigas restrições e aplica sua perversidade a todos e a todas as coisas sem distinção” (Heller, 1982, p. 176). Vale lembrar aqui que sua manipulação não se restringe aos seus familiares, mas também abarca Goneril e Regan, filhas de Lear, ludibriadas pelo vilão como objetos de seu desejo amoroso; ou então, necessariamente ligado a esse aspecto, seu objetivo principal, “que é sempre o poder e o ganho” (Heller, 1982, p. 177). Tal objetivo, demarca Heller, não constituía uma exceção na época do Renascimento, isto é, na medida em que se

dá a *secularização* da vida, a comunidade deixa de ser a justificação (real ou imaginária, religiosa, extraterrena) dos homens: estes passam a buscar sua auto-realização, numa hierarquia muito clara, contendo o êxito, a fama e o dinheiro. “No entanto, veja-se a distância que separa tudo isto do *Rei Lear*, do *Timon de Atenas*, ou até do final desesperadamente feliz de *Tudo está bem quando acaba bem!* Nestas peças o êxito, o dinheiro e o poder são cegos e automutilantes por princípio” (Heller, 1982, p. 167). A auto-realização – que abarcava o êxito, a fama e a conquista de bens materiais – vai se ligando cada vez mais tão-somente aos interesses particulares, afastando-se das possibilidades genéricas.

Quem, aliás, testemunha a veracidade de nossa reflexão é o próprio Edmund:

Tu, Natureza, és minha deusa; a ti.
É que sirvo. Por que havia eu.
De respeitar a praga do costume.
E ficar pobre em razão só de leis,
Por ser um ano ou pouco mais moço.
Que meu irmão? Bastardo? Inferior?
As minhas proporções são tão corretas,
Minha mente tão fina, boa a forma,
Quanto o produto da madame honesta. /.../.
Pois legítimo Edgar, eu preciso. Das tuas terras.
O amor paterno. É igual pro legítimo e o bastardo.
É uma boa palavra, essa, “legítimo”.
Pois se esta carta prosperar, legítimo.
E eu futricar bastante, Edmund, o baixo,
Cobre o legítimo. Cresço e prospero.
E agora, aja Deus pelos bastardos! (pp. 28-9)

Nosso vilão, assim, introduz um tema que já permeia nossa discussão, pois é dos temas principais da obra de Shakespeare – o conflito entre essência e aparência, exterior e interior, no que se refere à ação dos homens. Um problema qualitativamente distinto a partir do Renascimento – quando apresenta uma

contradição ética específica, de dissimulação ativa – resultado, enfim, de tudo o que vimos afirmando, pois

a acumulação primitiva, a dissolução das antigas tradições, o declínio das restrições feudais e a reestruturação de valores, tudo isso teve lugar no século XVI, num momento em que a interioridade e a subjetividade já se tinham desenvolvido. Tornou-se assim possível apreender o problema em toda a sua complexidade. E as obras de Bacon e Shakespeare, em particular, revelam bem essas tentativas (Heller, 1982, p. 173).

Passamos a tocar, portanto, na importante questão do *conhecimento dos homens*, pois, na medida em que se dissolve a comunidade e o homem passa a depender de si, cria-se também a competição entre os homens, e desde o Renascimento clássico é perceptível o surgimento do “desempenhar um papel” e da hipocrisia como atitude, já que “de fato, quando os indivíduos lutam por alcançar um lugar no mundo – e, freqüentemente, fazem-no *contra* outros – são muitas vezes obrigados, para que possam atingir os seus fins, a disfarçar as suas intenções; têm de mostrar-se aos outros como se fossem diferentes daquilo que de fato são, têm de ‘desempenhar um papel’” (Heller, 1982, p. 171).

Dessa forma, a possibilidade, ou até mesmo a necessidade, da dissimulação é um elemento que percorre toda a tragédia em questão. Fiquemos, inicialmente, com passagens nas quais as personagens constatarem a factibilidade da divergência entre o interior e o exterior. No início da cena da tempestade, já traído por suas filhas, quando seu mundo está literalmente ruindo, diz Lear:

abalai
Quem escondido e com semblante puro
Atentou contra a vida; culpas ocultas,
Rompendo as capas que as protegem, gritem
Pedindo graças aos céus. (p. 99)

Momentos antes, Kent havia sido ainda mais expressivo – já que no meio de uma dissimulação:

Pra confirmar que sou bem mais que mostra
O meu aspecto, abra esta bolsa e tome
O que contém. (p. 98)

Entre as exigências, portanto, desse tempo dinâmico está justamente aperfeiçoar o conhecimento sobre os homens.

Aqueles que não se tornaram conscientes deste jogo duplo (porque se mantinha estranho à sua natureza moral) sofriam extraordinários choques e desapontamentos. As grandes catástrofes causadas pela falta de conhecimento dos homens, que encontramos muitas vezes em Shakespeare, são reflexo de um problema que afetou a vida de todos (Heller, 1982, p. 172).

Já tivemos oportunidade de comentar aqui o preço que pagaram Gloucester e Lear pelos seus erros, fundamentalmente não compreenderem seus próprios filhos. Analisando a presença das personagens honestas, mas ingênuas, nas obras de Shakespeare, Agnes Heller constata uma postura de benevolência por parte do autor:

a psique insuspeita, honesta, não tocada por um intelecto calculista, incapaz de jogar com as pessoas ou de as experimentar, era em si e por si o tipo de carácter mais atraente aos olhos do dramaturgo inglês. Mas ele viu claramente – e num grau cada vez maior – que esse tipo de carácter já não estava adaptado a este mundo – não tanto por se prestar a desgostos, mas porque, devido à sua confiança ingênuas, permitia o triunfo do mal (Heller, 1982, p. 179).

O carácter *problemático* da ingenuidade de Lear – portanto, da sua individualidade – é percebido inclusive pelas filhas que o traem – que também, em outros momentos, demonstram um relativo conhecimento dos homens, embora ambas não percebam os verdadeiros interesses de Edmund, ou melhor, não percebam até que ponto este chegaria na defesa de seus interesses:

REGAN

São as fraquezas da idade. Porém ele sempre se conheceu muito pouco.

GONERIL

O melhor e mais firme de sua vida sempre foi impensado. Portanto, temos de esperar de sua velhice não só as imperfeições já enraizadas em sua condição, mas com essas os caprichos imprevisíveis que os anos coléricos e instáveis hão de trazer consigo. (pp. 27-8)

Diz Agnes Heller:

No início da tragédia, Lear surge como um velho obstinado. É avisado – o que não acontecera a Otelo – de que sua confiança nas duas filhas é infundada e errada. Lear adora a lisonja – uma falha de caráter – e, por essa razão, toma por desdém a abertura e sinceridade de Cordélia. Assim, o tipo de ingenuidade de Lear é moralmente suspeito desde o início. Lear só se eleva a um plano de candura moral e humano quando enfrenta o mal que a sua obstinação produziu, depois de ter conhecido o sofrimento (Heller, 1982, p. 180).

A mudança da postura de Shakespeare demonstra, enfim, a inadequação ao mundo das individualidades ingênuas, ao ponto que sua ingenuidade perde também o valor moral. Esclarecedora a seguinte fala de Edmund:

Tenho um pai crédulo e um irmão nobre,
De natureza tão alheia ao mal
Que nem lhe ocorre; com esse tolo honesto
Faço o que quero. Resolvi o caso:
Sem berço, mas esperto, pego a terra.
Pra mim, quem manipula jamais erra. (p. 37)

Na realidade mais profunda, compreendida por Shakespeare, o próprio mundo em via de se consolidar não concebe a possibilidade da existência de tais personalidades grandiosas. Tanto que a “consciência” de Lear é o Bobo; nas palavras da tradutora do texto para o português, “o processo de aprendizado é extraordinariamente doloroso e é em função dele que tem de ser compreendido o Bobo da tragédia; mais do que a de ser engraçado, a função do personagem é a de servir de consciência de Lear até este, depois da crise na tempestade, passar a ter ele mesmo consciência de seus atos” (Heliodora, 1998, p. 8). Temos aqui, vale

ressaltar, uma postura substancialmente distinta da assumida por autores de períodos anteriores, principalmente os tragediógrafos da Antigüidade, pois não se trata mais de um mundo caótico – como em Eurípedes – no qual os homens perdem todos os seus referenciais. Ao contrário, é um mundo dado, socialmente construído, sob o qual os homens devem agir e ao qual deveriam se adaptar.

Ainda sobre esse aspecto, ressalta A. Heller que, em Shakespeare, as personagens ingênuas “perdem sempre a medida certa”. Como afirma: “não perdem a sua confiança nas situações em que deveriam fazê-lo, não confiam nas pessoas quando estaria certo fazê-lo” (Heller, 1982, p. 181) – ao observar que, traídos, tais personagens resvalam na *misanthropia*; como na cena da tempestade, com Lear, na qual seu mundo desaba, perdem a confiança na humanidade.

Esse mesmo desdém pela humanidade é perceptível também nos vilões inteligentes. Trata-se igualmente de pessoas que em algum momento se desiludem com a humanidade – no caso de Edmund, já demonstramos sua revolta quanto ao fato de ser excluído por ser bastardo –, de modo que mantêm, então, o desprezo pelos homens. Diferenciam-se dos ingênuos pelo conhecimento que nutrem dos homens, o que os capacita a jogar com outros – com efeito, há pouco citamos uma fala emblemática de Edmund, segundo o qual “Pra mim, quem manipula jamais erra”. “Mas qualquer que seja a raiz do desdém destes homens, a característica comum a todos eles é a negação da existência e do poder da virtude à face da terra” (Heller, 1982, p. 182). A contraposição entre os dois tipos de personagem, porém, é muito mais profunda, da qual o conhecimento dos homens é tão-somente um efeito.

Senão, vejamos. O único aspecto comum a ambos os tipos de personagens é tão-somente a “não aceitação dos valores humanos”. No entanto, e frise-se o fundamental, “os vilões sentem-se em casa num mundo que pensam destituído de quaisquer valores, enquanto os heróis ingênuos, desiludidos, são infelizes – pois o desprezo pelas pessoas é um sentimento frio e desapaixonado, enquanto o ódio é apenas o amor invertido” (Heller, 1982, p. 182). A respeito vale lembrar,

novamente, a assertiva de Edmund mais atrás repetida – “Pra mim, quem manipula jamais erra” –, por si só demais simbólica. Podemos, ainda, voltar nossos olhos a Regan, uma das filhas que expulsam Lear, quando percebe o interesse de sua outra irmã por Edmund, e diz ao criado desta:

Portanto, eu recomendo que repare:
‘Stá morto o meu senhor. Edmund e eu
Falamos, e pra ele a minha mão
É melhor que a dela. Pense nisso.
Se o encontrar, dê-lhe isto; à sua ama,
Ao ter por si notícias disso tudo,
Diga que eu peço que seja sensata:
Passe bem, então. (p. 143)

A recusa – ou inadequação – dos ingênuos ao mundo cruel é, por sua vez, perceptível em diversas passagens da obra. Também emblemática é a seguinte fala do pai de Edmund, Gloucester: “É mal dos tempos, louco guiar cego”. Mais ainda, diz o próprio Gloucester, em outro momento, ao ser advertido por Kent (disfarçado) de que Lear perde a sanidade:

E há de culpá-lo?
(*Continua a tempestade.*)
O querem morto as filhas. Ah, bom Kent;
Pobre banido, ele previu tudo isso!
Diz que o rei enlouquece; e eu digo, amigo,
Que eu ‘stou quase louco. Tinha um filho,
Hoje afastado. Ele quis matar-me,
Ainda há pouco tempo; eu o amava,
Mais que outros pais; pra falar a verdade,
A dor me ensandeceu. Que noite é esta;
Imploro a Sua Graça.. (p. 110)

Como apontou Heller, “Com efeito, ambos os tipos estão enganados. Aqueles que desprezam os homens são forçados a reconhecer que ainda existem no mundo valores humanos que se opõem à sua perversidade” (Heller, 1982, p. 182). Isso é por demais patente em *Rei Lear*. Frente à fidelidade e sagacidade de

Edgar, após este narrar de que forma se disfarçara e guiara seu pai cego, até o derradeiro combate com Edmund, este mesmo assume:

Tocou-me a sua fala,
E talvez traga bem; mas continue;
O seu aspecto é de que há algo mais. (p. 181)

E, efetivamente, na seqüência:

Já não respiro, e farei algum bem
Apesar de mim mesmo. Mandem logo,
Revogar no castelo a minha ordem contra a vida de Lear e Cordélia.
Mas bem depressa. (p. 184)

Continuando a análise, porém, fica patente que, “Do mesmo modo, também os grandes heróis ingênuos ‘sofrem uma decepção’, em todo o seu desespero. /.../, encontram-se a si próprias nesta segunda ‘desilusão’; a sua existência adquire um novo significado e uma nova justificação” (Heller, 1982, p. 182). Lear percebe a honestidade de Cordélia, que logo morre enforcada, golpe fatal no velho rei:

Enforcado o meu bem! Não, não há vida!
Por que vive o cavalo, o rato, o cão,
E tu sem vida? Tu não voltas mais;
Nunca, nunca, nunca, nunca, nunca (pp. 188-9).

A. Heller apresenta-nos, enfim, de que forma o dramaturgo inglês constrói um tipo de comportamento adequado, um *meio termo* entre a ingenuidade e a malvadez. “Shakespeare apresenta vezes sem conta este *tertium datur*, sob a forma de heróis que aprenderam a conhecer o mundo através de sua própria experiência e são capazes de viver racionalmente, sem se tornarem misantropos ou desdenhosos, pois estão aptos a reconhecer tanto o bem como o mal” (Heller, 1982, p. 183). Também esse tipo de herói é proeminente em *Rei Lear*, na figura de Kent e Edgar – nobres injustamente punidos e expulsos de seus lares, mas que mantêm a fidelidade e a lealdade, mesmo num tempo “desarranjado”. Ambos são obrigados à dissimulação ativa, mantendo, no entanto, a sua essência sempre reservada – e são exemplo as manifestações de Edgar de como era duro continuar o fingimento junto a seu pai cego, ou então, antes, seu desespero frente

à loucura do rei. Também Kent mostrara seu elevado conhecimento acerca dos homens – por exemplo, ao perceber a existência de desentendimentos entre os dois duques, maridos das duas filhas de Lear. O mesmo Kent demonstra perceber a *sina* dos homens, de se realizarem e reconhecerem-se na ação, e tão-somente na ação; sinteticamente, diz:

Razão e duração de minha vida,
Conhecerei na batalha renhida. (p. 164)

Tratando de Hamlet, o “melhor juiz dos outros homens”, constata A. Heller que este é “capaz de se aperceber do bem e do mal e de elevar o conhecimento dos homens tornando-o um meio, inclusivamente um meio de *fazer justiça*, e de considerar esse conhecimento um valor ético” (Heller, 1982, p. 185). De modo que,

aos olhos de Shakespeare, aqueles que podem reconhecer e seguir o justo meio entre o cinismo e a confiança cega, entre a ingenuidade e o desprezo pelos homens, são aqueles que na sua verdadeira natureza podem suportar um mundo cujas normas estão a se dissolver. Deste ponto de vista – e, repito, abstraindo de outros aspectos da questão – foram eles que nasceram para o mundo e que nasceram para governar (Heller, 1982, p. 187).

Qual, senão essa, a conclusão que podemos tirar de *Rei Lear*, quando o conde de Albany, desvelada toda a história e avisado da morte de Edmund, confirma:

Isso aqui pouco importa.
Nobres e amigos, sabeis nosso intento;
O conforto possível será dado
A essa ruína; e mais, nós abdicamos,
Enquanto inda viver o velho Rei,
De nosso poder: (*a Edgar e Kent*)
A vossos direitos,
E ainda mais, e a honras acrescidas,
Mostrastes méritos. Os amigos todos
Terão paga a virtude, e os inimigos
Hão de beber a taça que merecem (p. 188).

Referências Bibliográficas:

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CHASIN, I. *Monteverdi – humana melodia*. 2003. Tese (doutoramento em História Social) apresentada à USP, São Paulo.

CHASIN, J. “O futuro ausente”. *Ensaio Ad Hominem* n. 1 t. 3 – Política. São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

HELIODORA, B. “Introdução” in SHAKESPEARE, W. *Rei Lear*. Trad. de Barbara Heliodora. Lacerda Editores, Rio de Janeiro, 1998.

HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa, Editorial Presença, 1982.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

_____. *O capital – crítica da economia política*, I. I, t. II. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

SHAKESPEARE, W. *Rei Lear*. Trad. de Barbara Heliodora. Lacerda Editores, Rio de Janeiro, 1998.

* - Aluno do curso de Ciências Sociais do Centro Universitário Fundação Santo André.

[\[1\]](#) Todas as citações da obra, na seqüência desse trabalho, são retiradas dessa edição.